



ACÓRDÃO Nº 265/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11242/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Policlínica – PAM/CODAJÁS.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Sr. Fábio Manabu Martins Shimizu – Diretor Geral.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1111/2018-MP-EMFA, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 1380/1385).
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Policlínica - PAM/CODAJÁS. Exercício de 2016.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Determinação. Ciência.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Fábio Manabu Martins Shimizu**, responsável pela Policlínica PAM-Codajás, no curso do exercício 2016, nos termos do artigo 1º, II, 22, II, e 24 da Lei nº. 2423/1996; e artigos 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar multa** ao **Sr. Fábio Manabu Martins Shimizu** no valor de **R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais)**, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, em face das restrições constantes nos itens 4, 5 e 10, transcritos na fundamentação do Relatório/Voto. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 10.3. **Recomendar** à Policlínica - PAM/Codajás, que observe com rigor o cumprimento das normas legais, principalmente no que diz respeito:
 - 10.1. Às disposições da Lei nº 8.666/93, quando da aquisição de bens por meio de dispensa de licitação;
 - 10.2. Adoção de um Registro de Preços, ferramenta de auxílio que se consubstancia num procedimento especial a ser adotado



ACÓRDÃO Nº 265/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

nas compras do Poder Público, quando os objetos forem materiais, produtos ou gêneros de consumo frequente, e ainda, em situações especialíssimas, nas contratações de serviços;

10.3. Elabore e apresente à SUSAM proposta de reformulação do Quadro de Pessoal da Policlínica PAM – Codajás, com inclusão de profissional de contabilidade, através de concurso público, em consonância com o art. 37, II, da CRFB/88;

10.4. Adote providências junto à SUSAM para que conste no Inventário dos Bens Patrimoniais das próximas prestações de contas da Unidade de Saúde, todas as informações necessárias, tais como: data de aquisição, número de nota fiscal, valores unitário e total dos bens inventariados, de modo a haver cumprimento integral dos arts. 94, 95, 96 e 106, inc. II, da Lei nº 4.320/64, bem como um controle patrimonial mais eficiente.

10.4. Determinar à Secex - Secretaria Geral do Controle Externo, que oriente a próxima Comissão de Inspeção que verifique o cumprimento das recomendações expostas no item anterior;

10.5. Dar ciência ao **Sr. Fábio Manabu Martins Shimizu** deste Decisório, encaminhando cópia do Relatório/Voto e do Acórdão para, querendo, apresentar recurso.

11- Ata: 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 24 de Abril de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mário Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral